



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 249

PADRÕES RECENTES DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA

Indio Campos

Belém, Novembro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 249

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PADRÕES RECENTES DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA¹

Indio Campos²

Resumo:

Desde 2003 a economia brasileira vem experimentando um novo ciclo de expansão no qual, pela primeira vez no país, se combinam crescimento econômico sustentado, estabilidade fiscal e monetária e regime de câmbio flutuante. Ao contrário de ciclos anteriores, frequentemente culminados por crises cambiais, pela primeira vez o mercado interno se configura como fator dinâmico capaz de alavancar o crescimento e que vem permitindo ao Brasil superar relativamente de forma mais rápida os efeitos da crise internacional deflagrada em setembro de 2008.

Palavras-Chave: Amazônia. Economia.

¹ Este artigo se insere no projeto “Estudos- Diagnósticos de Aglomerações”, apoiado pela SUDAM, no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

² Professor/pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA.

I – Introdução

Desde 2003 a economia brasileira vem experimentando um novo ciclo de expansão no qual, pela primeira vez no país, se combinam crescimento econômico sustentado, estabilidade fiscal e monetária e regime de câmbio flutuante. Ao contrário de ciclos anteriores, frequentemente culminados por crises cambiais, pela primeira vez o mercado interno se configura como fator dinâmico capaz de alavancar o crescimento e que vem permitindo ao Brasil superar relativamente de forma mais rápida os efeitos da crise internacional deflagrada em setembro de 2008.

Os dados sobre a evolução do PIB dos estados da Amazônia Legal, constantes na tabela 01, são extremamente reveladores do comportamento econômico da região nesta nova fase de expansão. Sua participação relativa no PIB nacional se eleva ligeiramente em 0.3 ponto percentual, de 7.5% em 2003, para 7.9% em 2006. Uma melhor interpretação destes dados pode ser obtida através da análise dos dados por unidade da federação.

Nada menos que cinco Estados, a saber, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins mantiveram sua participação relativa no PIB nacional, o que significa dizer que, no período, suas taxas de crescimento econômico se igualaram à taxa de crescimento da economia brasileira como um todo. Mato grosso teve sua participação reduzida em 0.1%, com taxa média de crescimento ligeiramente abaixo da média nacional. Pará e Maranhão experimentaram um pequeno incremento de sua participação em 0.1%, apresentando taxas de crescimento ligeiramente acima da média nacional. Já o Estado do Amazonas ampliou sua participação no PIB nacional em 0.2% no período, o que expressa taxas de crescimento econômico ligeiramente superior às taxas do Pará e do Maranhão.

Tabela 01. Participação Relativa dos Estados no PIB do Brasil 2003-2006.

Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto do Brasil (%)			
	2003	2004	2005	2006
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0
Amaz. Legal	7.5	7.9	7.9	7.8
Rondônia	0.6	0.6	0.6	0.6
Acre	0.2	0.2	0.2	0.2
Amazonas	1.5	1.6	1.6	1.7
Roraima	0.2	0.1	0.1	0.2
Pará	1.8	1.8	1.8	1.9
Amapá	0.2	0.2	0.2	0.2
Tocantins	0.4	0.40	0.4	0.4
Maranhão	1.1	1.1	1.2	1.2

Mato Grosso	1.6	1.9	1.5	1.5
-------------	-----	-----	-----	-----

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

A tabela 2 apresenta os dados relativos ao PIB per capita dos Estados da Amazônia Legal quando comparados à média brasileira, que, a preços correntes corresponde ao índice 100. Observa-se uma forte queda dos índices relativos de Mato Grosso e Roraima. Quedas menores se verificaram em Rondônia, Acre e Tocantins. Embora tenha ocorrido uma elevação absoluta nos níveis de renda per capita destes Estados, os dados indicam uma queda relativa nos níveis de renda per capita de suas populações, quando comparados à evolução do PIB per capita nacional. Melhoras relativas foram registradas no Pará, Maranhão e Amapá. O Estado do Amazonas foi o único da Amazônia legal a apresentar uma melhora relativa expressiva em sua renda per capita, saltando de 85,3 % para 93,2 % da média nacional no período.

Tabela 02 PIB per capita dos Estados da Amazônia Lega – Brasil=100.

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto Per Capta Brasil=100			
	2003	2004	2005	2006
Brasil R\$*	9.498	10.692	11.658	12.688
Reg. Norte	61.0	62.4	62.1	62.9
Rondônia	69.4	67.4	72.0	66.1
Acre	55.5	58.5	57.4	55.5
Amazonas	85.3	90.3	88.5	93.2
Roraima	78.5	68.8	69.7	71.5
Pará	46.8	48.5	48.1	49.2
Amapá	65.5	65.7	62.9	67.3
Tocantins	60.1	61.3	59.5	56.8
Maranhão	32.8	33.5	35.6	36.4
Mato Grosso	109.1	125.7	114.6	97.3

* PIB per capita a preços correntes.

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

Comportamentos tão dispares quanto à evolução do PIB per capita, perante a relativa homogeneidade nos níveis de expansão do PIB dos distintos Estados, devem-se, portanto, a disparidades nas respectivas taxas de crescimento populacional. Assim, o crescimento populacional pouco afetou as taxas de crescimento econômico dos Estados, atreladas que estão ao comportamento da economia brasileira como um todo.

Uma melhor compreensão da evolução da economia dos Estados da Amazônia Legal pode ser obtida por meio de um detalhamento da evolução da participação relativa das principais atividades econômicas no valor adicionado bruto. A tabela 03 aporta os dados para a economia brasileira no período analisada. O setor da indústria da transformação responde por cerca de 18 % do valor adicionado bruto, seguido pela administração pública, girando em torno dos 15 % e o setor de comércio e serviços de manutenção com algo em torno de 12 %. Tomando estas três atividades e seus percentuais como padrão brasileiro de dinamismo econômico, resta analisar os dados dos distintos Estados que compõem a Amazônia Legal. A partir da análise comparativa dos dados os Estados foram identificados quatro padrões de evolução de suas economias dos fatores dinâmicos de suas economias.

Tabela 03 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Brasil.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Ind. transform. e Extrat. mineral	19.7	21.1	20.6	20.3
Adm. Saúde e Educ. públicas	15.1	14.7	15.0	15.3
Comércio e Serviços de Manuten.	11.7	12.0	12.1	12.5

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

2 - Padrão de Evolução Centrado no Setor Público

O primeiro padrão de dinâmica econômica identificado refere-se àqueles Estados onde a participação do setor público no valor adicionado bruto supera do dobro da média nacional, ou seja, acima de 30% do total do valor adicionado bruto. Neste grupo estão os Estados de Roraima, Amapá, e Acre, conforme as tabelas 04, 05 e 06.

Tabela 04 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Roraima.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Adm. Saúde e Educ. públicas	43.2	46.6	48.4	48.0
Comércio e Serviços de Manuten.	10.2	13.3	10.9	11.5
Agropec.Silv. Pesca e Exp. Flor.	10.9	11.0	7.7	7.7

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

Roraima representa aqui um caso exemplar, onde a participação do setor público no valor adicionado é crescente e se aproxima dos 50%. O setor de Comércio e Serviços aparece como segundo setor dinâmico no período, com ligeiro crescimento, impulsionado pela expansão do setor público. Já o setor primário, na terceira colocação perde terreno na economia do Estado, levando consigo uma muito insipiente produção industrial voltada ao mercado local, ligada a madeira e mobiliário e, ainda em menor escala, à agroindústria animal³. A economia do Estado solapa em busca de alternativas e vem mantendo suas taxas de crescimento pari-passu com a economia brasileira a partir do incremento das transferências da União, na forma de Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

O Estado do Amapá igualmente se caracteriza por ter uma economia fortemente centrada no setor público que lhe empresta o dinamismo na mesma taxa de crescimento da economia brasileira. A implantação da Zona Franca de Macapá, ao contrário da experiência exitosa de Manaus, tem se revelado incapaz de atrair investimentos industriais. Concentra suas atividades da comercialização de produtos importados de baixo valor, experimentando um certo dinamismo a partir da desvalorização do Real nos últimos anos, o que tem elevado a importância econômica do setor de Comércio e Serviços no Estado.

Tabela 05 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Amapá.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Adm. Saúde e Educ. públicas	43.2	45.1	45.9	45.5
Comércio e Serviços de Manuten.	13.0	14.0	13.0	16.2
Atividades Imob. e aluguel	11.3	10.7	11.5	10.3

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

O Estado do Acre completa este grupo, porém apresenta alguns nuances que o diferenciam dos demais. A participação do setor público na geração de valor adicionado bruto é também elevada e ligeiramente ascendente, porém em padrões inferiores aos dos Estados de Roraima e Amapá, que só recentemente deixaram a condição de territórios federais. Como segunda diferenciação, o setor primário apresenta uma forte participação do valor adicionado bruto, se colocando em segundo lugar, a frente do setor comércio e serviços. Destacam-se aqui a pecuária e o extrativismo de borracha e da

³ Ver, Campos, Indio, Estudos de Diagnósticos Setoriais, PDSA 2005-2008, Indústria da Transformação e Indústria do Beneficiamento.

Castanha, ao qual esta associada um insipiente indústria de beneficiamento. Estas atividades, no entanto, estão em forte crise nos últimos anos a partir da desvalorização cambial e da concorrência da produção de similares importados e do beneficiamento da castanha no Bolívia.

Tabela 06 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Acre.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Adm. Saúde e Educ. públicas	35.6	33.2	33.4	35.8
Agrop.Silv. pesc.e Expl. florestal	19.7	18.4	20.0	16.8
Comércio e Serviços de Manuten.	11.1	10.8	11.9	10.4

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

Nestes três Estados, as taxas de crescimento seguem a média do crescimento da economia brasileira a qual condiciona o montante da arrecadação fiscal nacional e, por conseguinte, o montante das transferências da União. Não se pode falar aqui de uma hipertrofia do setor público, pois as transferências da União para os Estados e municípios da Amazônia têm por base seus percentuais populacionais, como de resto no país. Trata-se, antes, do fraco desempenho das atividades produtivas como um todo e de uma maior diversificação de suas economias. Acre e Amapá e Roraima, em menor escala, são tradicionalmente grandes produtores de produtos extrativistas, como borracha, Castanha e Açaí, entre outros. Carecem, no entanto, de estruturas de intermediação comercial e agroindustrial capazes de converter estes setores em motores dinâmicos de suas economias.

3 - Padrão de Evolução Centrado no Setor Público e Agricultura

Um segundo padrão de evolução é dado por aqueles Estados onde a dinâmica econômica é caracterizada por uma forte participação do Setor Público, porém sensivelmente inferior aos padrões do grupo anterior, associada ao setor primário. Neste grupo estão os Estados de Rondônia, Maranhão e Tocantins (tabelas 07,08 e 09).

A exemplo do Acre, a economia de Rondônia constitui claramente um caso de transição. Apesar de inferior àquela dos Estados acima analisados, a participação do setor público no valor adicionado bruto é elevada e em 2006 rompeu a barreira dos 30%, o que o caracterizaria como padrão de evolução do tipo 1. Entretanto, o setor primário apresenta participação no valor adicionado bruto em média acima de 20% no período, tendo caído em 2006 por conta da queda dos preços de algumas

commodities, como soja, milho e café. Cerca de 50% da produção industrial deste estado estão ligados ao processamento de produtos de origem animal. Outros 18% estão associados ao processamento de produtos de origem vegetal, fato este inédito na economia da Amazônia Legal⁴.

Tabela 07 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Rondônia.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Adm. Saúde e Educ. públicas	27.3	27.1	27.5	31.1
Agropec. Silvíc. e Expl. florestal	23.1	22.0	20.5	19.4
Comércio e Serviços de Manuten.	14.8	16.0	16.3	11.8

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

A estrutura agrária de Rondônia não é tão concentrada e sua produção agrícola é predominantemente de origem familiar. Desta forma, a agroindústria vegetal deste Estado não se concentra no processamento de grãos de exportação, mas sim no beneficiamento de produtos oriundos da agricultura familiar, mormente culturas perenes como frutas, café, borracha, cacau e outros. Embora a associação entre pequenos produtores rurais e agroindústrias privadas ou cooperativas seja constatada em outros Estados da região, mormente no Pará, é em Rondônia onde ele mais se consolida, a partir do crescimento da inserção mercantil dos pequenos produtores incentivada desde o início da colonização daquele estado nos anos 1970.

O Estado do Tocantins se coloca claramente como um Estado com forte vocação para o setor primário, mormente produção de carne e, em menor escala, de grãos, apenas parcialmente processadas no Estado. A queda dos preços das commodities tem feito diminuir a participação do setor na geração de valor adicionado bruto. Pari-passu, cresce a participação do setor público na economia, permitindo a economia do Estado se expandir a taxas em torno dos níveis médios da economia brasileira.

Tabela 08 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Tocantins.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

⁴ Idem.

Adm. Saúde e Educ. públicas	20.5	20.3	21.4	24.6
Agropec. Silv. e Expl. florestal	27.8	23.7	22.0	18.5
Comércio e Serviços de Manuten.	12.5	16.3	18.1	14.3

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

O Estado do Maranhão apresenta patamares menores e ligeiramente decrescentes de participação do setor público na economia, mais próximos dos padrões médios da economia brasileira. O setor primário, assentado principalmente na em uma agricultura familiar tradicional e na pecuária patronal pouco tecnificada, constituem o segundo maior gerador de valor adicionado bruto. O pólo de expansão da produção de grãos no sul do Estado vem enfrentando reveses no final do período analisado por conta da queda dos preços das commodities e da valorização cambial do Real. O setor de Comércio e Serviços se destaca pela presença de grande atacadistas no sul do Estado, cuja localização geográfica os torna os grandes beneficiários da expansão econômica dos Estados da Amazônia Legal. No setor industrial, a agroindústria de produtos de origem animal responde por cerca de 50% do valor da produção industrial. Apesar de ter uma economia mais complexa e diversificada que os Estados até aqui analisados, o Estado do Maranhão, o segundo mais populoso da Amazônia legal, com cerca de 6.200.000 habitantes em 2006. Apresenta o mais Baixo IDH da Amazônia Legal e seu PIB per capita é de apenas 36.4% do PIB médio nacional.

Tabela 09 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Maranhão.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Adm. Saúde e Educ. públicas	20.6	19.5	19.1	19.9
Agrop. Pes. Silv. e Expl. Florest.	17.7	18.2	17.7	16.6
Comércio e Serviços de Manuten.	13.8	14.1	16.6	14.5

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

4 - Padrão de Evolução Centrado na Agricultura

O Estado de Mato Grosso apresenta um padrão de evolução econômica singular. Entre todos os Estados da Amazônia Legal é o que apresenta a menor participação do setor público na geração do valor adicionado bruto, a níveis abaixo da média nacional. A expansão da produção de commodities agrícolas, principal atividade econômica do estado desde os partir dos anos 1980, empresta ao Estado o título de celeiro nacional, convertendo extensas áreas de cerrado e floresta em infindáveis campos de monocultivo de soja, milho, algodão etc., exportados mormente in natura. A este modelo está

associado uma forte expansão do setor de Comércio e Serviços, atendendo às necessidades dos empresários rurais e de uma nova classe média e média/alta emergente em torno do agribusiness, nas florescentes cidades da fronteira agrícola

Tabela 10 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto - Mato Grosso.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Agrop. Pesc.Silv. e Expl. florestal	31.8	35.4	32.2	25.2
Comércio e Serviços de Manuten.	15.4	13.7	14.0	13.4
Adm. Saúde e Educ. públicas	12.6	10.5	12.2	15.2

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

A queda dos preços das commodities mostra a vulnerabilidade deste modelo de expansão, cuja diminuição da participação no valor adicionado agregado no final do período analisado foi compensada pelo aumento da participação do setor público. Desta forma, a participação do PIB de Mato Grosso no montante nacional decresceu apenas 0,1% no período, apesar das fortes baixas nos preços das commodities em 2006.

5 - Padrão de Evolução Centrado na Indústria

Este padrão de evolução é apresentado pelos Estados do Pará e do Amazonas, as principais economias da região. Ambos os Estados têm no setor industrial a seu principal vetor de geração de riqueza, conforme tabelas 11 e 12. Têm ainda em comum o fato de que a participação do setor público na geração do valor adicionado bruto total do Estado é ligeiramente superior, porém muito próximo da média nacional. Além disso, esta participação tem se mantido relativamente estável no período. Assim, ao contrário de todos os outros Estados até aqui analisados, no Amazonas e no Pará o setor público não foi o motor da expansão econômica recente destes dois Estados. As semelhanças, entretanto, param por aqui.

No Estado do Pará, o setor da indústria da transformação e da indústria do extrativismo mineral responde por cerca de um quinto do valor adicionado bruto do Estado. A expansão deste setor tem sido o grande responsável pelo aumento do PIB do Estado. O setor mineiro-metalúrgico responde por mais de 70% do valor da produção industrial do Estado do Pará, sem, no entanto estabelecer

maiores encadeamentos backwards e forwards com a economia do Estado⁵, exportando a quase totalidade de sua produção.

Excluindo-se o setor mineiro-metalúrgico, a agroindústria vegetal e animal somadas respondem por cerca de 2/3 do valor da produção industrial do Estado, vinculadas a expansão da produção agropecuária em áreas de fronteira. O terço restante se divide entre os outros setores da indústria, mormente ligadas a exportação de madeira e celulose.

Tabela 11 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Pará.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Ind. da Transf. e Extr. Mineral	18.8	21.5	20.6	21.3
Adm. Saúde e Educ. públicas	18.8	17.3	17.9	17.2
Comércio e Serviços de Manuten.	10.6	12.6	11.3	12.1

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

Observa-se no caso do Pará, mais expressivamente que nos outros Estados analisados, uma quarta componente industrial ainda de pouca expressão econômica (em torno de 5% do PIB industrial do estado), porém em expansão, associada a setores industriais urbanos, atendendo à expansão dos mercados locais por produtos de consumo final. Trata-se de empresas locais que atuam em setores pouco intensivos em tecnologia e, portanto, não dominados pelas grandes estruturas de mercado oligopolizadas. Utilizando-se de tecnologias disponíveis no mercado, como máquinas e insumos industriais, e da mão-de-obra local, estas empresas baseiam sua estratégia competitiva em vantagens absolutas de custos⁶ advindas tanto do baixo custo da matéria prima localmente disponível e quanto da reserva de mercado representada pela proximidade do mercado consumidor local, fatores estes que limitam a competitividade de concorrentes externos no mercado.⁷

Esta estratégia competitiva, no entanto, limita a capacidade de expansão das empresas à disponibilidade de tecnologias do tipo “public domain” que possam ser adquiridas livremente no mercado. Enquanto mantida, esta estratégia limita a taxa de expansão das empresas à taxa de crescimento do mercado local. A primeira vem a reboque da segunda. Superar esta limitação implica

⁵ Idem.

⁶ Para uma melhor compreensão do conceito de vantagens absolutas de custo, ver, POSSAS, Mário, Estruturas de Mercado, São Paulo, Hucitec, 1985

⁷ Olímpio, Silvia C. Maia, Política de Incentivos fiscais do Estado do Pará: uma abordagem institucional, NAEA, Belém, 2007.

em mudar a própria estratégia competitiva, incorporando ganhos e produtividade e introduzindo inovações que tornem as empresas locais competitivas em outros mercados.

A economia do Estado do Amazonas resulta de uma singularidade ainda maior na região, representada pela Zona Franca de Manaus. O setor industrial responde por cerca de 2/5 do valor adicionado bruto total, o que representa cerca de o dobro da média brasileira.

Tabela 12 - Participação das Principais Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – Amazonas.

Unidades da Federação	Participação das Principais atividades econômicas no valor adicionado bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Ind. da Transf. e Extr. Mineral	39.7	39.3	38.3	39.6
Adm. Saúde e Educ. públicas	16.8	15.8	16.7	17.0
Comércio e Serviços de Manuten.	10.4	9.6	10.5	9.4

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil.

A implantação da indústria eletroeletrônica na Zona Franca de Manaus, cuja permanência está garantida até 2023, implica em um modelo industrial high-tech com forte demanda por componentes importados sob isenção fiscal, mormente de países asiáticos, para a produção de eletro-eletrônicos, celulares, eletrodomésticos da linha branca, veículos de duas rodas etc., destinados ao mercado interno.

6 - Economia, Floresta e Taxa de Câmbio

Em 2003 o índice de internalização da produção local de componentes na Zona Franca de Manaus, medido em valores, ultrapassou a casa do 50%. Tal representa uma mudança expressiva em sua natureza de “Zona Franca”. O processo de valorização gradual do Real pós 2004, brevemente interrompido com a crise desencadeada em setembro de 2008, voltou recentemente a carga e pode refrear este processo, tornando imperativas mudanças de rumo nas políticas para a ZFM, caso não queira permanecer meramente como montadora periférica de produtos elaborados alhures.

Este mesmo processo impacta a economia brasileira como um todo e pode ser percebido na diminuição gradual da importância dos produtos de base tecnológica na paleta de exportações brasileira, cada vez mais dependente das assim chamadas commodities. Não por acaso, a China se transformou em nosso maior parceiro comercial, desbancando os Estados Unidos desta posição.

Os investimentos externos crescentes em busca de acesso ao mercado interno brasileiro em expansão, somadas à elevação do preço das commodities atrelada ao crescimento da economia mundial e à conversão do Brasil de importador líquido a grande exportador mundial de petróleo e derivados, reforçam a tendência à valorização crescente da moeda nacional. O padrão de evolução da economia brasileira dependerá fortemente da “finesse” da política macro-econômica em gerir estas tendências de longo prazo e de sua sintonia com políticas complementares de desenvolvimento nacional e Regional.

Os padrões de evolução das economias dos Estados da Amazônia Legal apontam para o agravamento do modelo primário-exportador, com fortes consequências para o meio ambiente, sem contudo gerar fatores dinâmicos que alterem o seu atrelamento e dependência quase que direta da economia brasileira. Melhorias dos preços internacionais das commodities, quando acompanhadas de processos de valorização cambial da moeda nacional, tendem a ter seus efeitos atenuados ou anulados para os produtores. Processos de industrialização periférica, como nos casos do Pará e de Manaus, quando não evoluem para a geração de inovações tecnológicas, encontram seus limites respectivamente na expansão dos mercado local e nacional.

Os desafios impostos tanto pelos modernos mercados globalizados quanto pela precedência imperativa das questões ambientais colocam na ordem do dia a necessidade de repensar os já desgastados modelos estratégicos de desenvolvimento aplicados à Amazônia. Tal não implica necessariamente na criação de novos organismos de planejamento e gestão do desenvolvimento regional, mas sim na geração de uma nova ambiência institucional capaz de mudar o foco de análise e o modo de atuação. Nas palavras de K Morgan e C. Nauwelaers⁸, “... Instituições imbricadas em redes clientelistas, nas quais se privilegia o status e não o conhecimento, o poder e não a aprendizagem, o passado e não o presente, estão mal aparelhadas para gerar e disseminar novas práticas”.

O desenvolvimento regional não mais pode ser concebido como mera inserção primário-exportadora de regiões menos favorecidas nos mercados internacionais por meio de fundos de investimento e da mais variada sorte de incentivos responsáveis pela atração dos capitais. Pelo contrário, o desenvolvimento regional, quando entendido num sentido mais amplo, resulta de um processo crescente de criação de sinergias entre as diversas esferas do setor público, as organizações da sociedade civil e o setor privado, fortalecimento redes de cooperação focadas no desenvolvimento constante de inovações de produtos e processos.

A geração de inovações tem uma forte componente local. Isto é tão verdadeiro para os departamentos de P&D de empresas transnacionais, quanto para um conjunto de iniciativas no mais recôndito dos rincões da floresta amazônica. As inovações são sempre precedidas por anseios e

⁸ MORGAN, Kevin; NAUWELAERS, Claire, **Regional Innovation Strategies: the Challenge for Less-Favoured Regions**. London: Routledge, 2003.

perturbações, pela consciência da necessidade de algo novo, que findam por se converter em desafios institucionais e técnicos. A superação destes desafios só pode ser obtida por meio de processos locais de aprendizagem, capazes de gerar ou atrair novas competências organizacionais e tecnológicas e que findam por alavancar as potencialidades econômicas aí presentes. Nada mais adequado a esta dimensão local dos processos de desenvolvimento econômico que o moderno conceito de Sistemas Regionais de inovação (SRIs), entendido como a ambiência científica e tecnológica regional onde estão embricados os empreendimentos econômicos gestados na região. Um Sistema Regional de Inovação deve ser entendido como a resultante de um processo crescente de tomada de consciência da primazia da ação coletiva sobre a ação individual, sobretudo na busca de formas competitivas de inserção em novos mercados, tendo por base a geração constante de novas competências.

Referências

CAMPOS, Indio, Estudos de Diagnósticos Setoriais, PDSA, Indústria da Transformação e do beneficiamento, Belém, SUDAM, 2006.

IBGE – Contas Regionais 2003-2007.

MORGAN, Kevin; **NAUWELAERS**, Claire, **Regional Innovation Strategies: the Challenge for Less-Favoured Regions**. London: Routledge, 2003.

OLÍMPIO, Silvia C. Maia, Política de incentivos Fiscais do Estado do Pará: uma abordagem institucional, Belém, NAEA, Belém, 2007.

POSSAS, Mário, Estruturas de Mercado, São Paulo, Hucitec, 1985.